

Entre documentos e silêncios:
a rede social de homossexuais em Belo Horizonte na década de 1960
Luiz Morando¹

Between documents and silence:
the homosexual social network in Belo Horizonte in the 1960's

Resumo

Breve estudo do registro da vida social de homossexuais em colunas sociais e nas páginas policiais do *Diário de Minas*. Este artigo tem a intenção de (re)construir, a partir desta fonte jornalística, a forma de representação da identidade desse público, bem como as falhas dessa construção. A análise será feita levando em conta o conceito de roteiro de gênero, de John Gagnon.

Palavras-chave: Roteiro de gênero, homossexual, identidade.

Abstract

Brief study on homosexual's social lives depicted on social columns and crime pages of the "Diário de Minas" newspaper. This article intends to (re)construct, through this journalistic source, the way in which this public's identity is represented, as well as show the misconceptions in this construction. This analysis is carried out based on John Gagnon's concept of gender scripts.

Keywords: gender scripts, homosexuality, identity.

A edição de *Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade* reúne textos fundamentais para delinear a trajetória acadêmica e intelectual, de 1974 a 2000, do sociólogo norte-americano John Gagnon. Dois textos recolhidos nesse volume importam para o desenvolvimento deste artigo: “Pesquisa sobre práticas sexuais e mudança social”, de 1975, e “O uso explícito e implícito da perspectiva da roteirização nas pesquisas sobre a sexualidade”, de 1991.

No primeiro, Gagnon (2006) elabora uma retrospectiva, ao longo do século XX, do esforço de pesquisa científica sobre sexualidade e gênero sexual, iniciando com as contribuições de Sigmund Freud e Havelock Ellis, passando por Alfred Kinsey e chegando a Masters e Johnson. Ao montar essa linha, com diversos outros estudiosos de entremeio, Gagnon identifica duas correntes que dividem o discurso sobre a sexualidade ao longo do período, concentrando o debate ideológico em dois pólos: uma é a dos libertários – que levam a discussão para o campo da inclusão, isto é, tiram a

¹ Doutor em Literatura Comparada (UFMG) e professor do curso de Letras do Uni-BH. E-mail: luizmorando@gmail.com

sexualidade do campo do bizarro e do desconhecido e a levam para o espaço do reconhecimento pela cultura e de sua formulação como construção. A outra vertente é a dos conservadores, que efetuam a discussão na dimensão da repressão, enxergando no exercício da sexualidade, sobretudo das sexualidades periféricas, o lugar da licenciosidade, do comportamento desregrado, das ações corruptíveis, da exposição de valores nocivos aos hábitos e costumes já estabelecidos.

Desnecessário chamar a atenção para o desenrolar desse processo, cheio de marchas e contramarchas, avanços e recuos, momentos de tensão e distensão, de opiniões mais exaltadas e apelos ao comedimento. Tanto é assim que o texto de Gagnon (2006) se aplica a observar, em meio à “interação complexa com as mudanças mais gerais das condições sociais, as tendências específicas da conduta sexual, o conteúdo das ideologias sexuais e o desenvolvimento das técnicas de investigação científica” (p. 65).

Ainda no primeiro ensaio referido aqui, Gagnon destaca a importância do tempo e das mudanças culturais para se pensar o quanto se aliena do passado nesses processos. Ele menciona que:

Um dos indicadores mais sensíveis – e, portanto, mais elusivos – da mudança social é a velocidade com que os integrantes de uma cultura tornam-se estranhos ao seu passado pessoal e às formas históricas de experiência proporcionadas por sua cultura. Em outras palavras, como integrantes de um presente em andamento, desvinculamo-nos e/ou nos alienamos desses processos passados que criaram nossa situação cultural de hoje (GAGNON, 2006, p. 67).

Na sequência, Gagnon justifica que esse alheamento teria duas origens: primeira, a de que o sujeito é um produto individual das mudanças culturais. Assim, ao tentar compreender essas mudanças, ele utiliza recursos que também são culturais (a linguagem, por exemplo) e resultantes daquelas mudanças. Desse modo, o passado é perdido porque é vivenciado por meio de instrumentos e regras de retrospectão que pertencem ao presente. A segunda possibilidade para explicar o alheamento é que por melhores que sejam as tentativas de compreender os processos gerais das mudanças culturais, em parte nossas ações são frustradas pelo efeito de motivações variadas e múltiplas em consonância ou em dissonância com nossas intenções originais. Cada nova geração se distanciaria de determinada cultura e cenário sexuais, vendo-se obrigada a deparar-se com esse problema.

Percebe-se, então, porque se tornam fortes as duas correntes que se interessam pela compreensão das pesquisas científicas sobre a sexualidade: seja no âmbito da

inclusão ou da repressão, que por si só implicariam mudanças culturais, ainda temos a própria passagem do tempo e as formas de apropriação/compreensão do processo de construção da sexualidade em si, sempre efetuadas *a posteriori* por meio de recursos simbólicos de apreensão.

Dados os impasses e as limitações impostos pelo alheamento do passado, Gagnon apresenta, em seu segundo ensaio aludido no início deste artigo, um instrumento de atuação, elaborado para estudar a conduta e as práticas sexuais: o conceito de roteiro. Pela proposta desse autor, a conduta sexual e a ciência da sexualidade são determinadas pela história e pela cultura. Sendo assim, ambas são construídas, mantidas, desaprendidas e organizadas pela estrutura social e pela cultura. Por sua vez, o gênero e a sexualidade são formas aprendidas de conduta sexual e se relacionam de maneiras diferentes nas diferentes culturas. Face a essas noções preliminares, Gagnon estabelece o roteiro como “aquilo que liga os sentimentos de desejo e prazer ou de repulsa e desintegração às atividades corporais associadas ao contato físico e aos sinais de excitação” (2006, p. 219-220).

Gagnon esclarece, no entanto, que o roteiro não é uma propriedade de indivíduos isolados, mas que tem sua existência como parte da estrutura social, como convenção mutuamente compartilhada, contendo elementos que ligam a vida erótica à vida social em geral. Dada a complexidade do processo de roteirização, Gagnon estabelece três planos interativos na formação desse processo: o intrapsíquico (o conteúdo da vida mental, em parte resultante da interação com os cenários culturais, em parte independente destes), o interpessoal (relacionado à utilização ou rejeição dos roteiros na interação social, constituindo padrões contínuos de comportamento social estruturado) e o cultural. Assim, os indivíduos teriam roteiros particulares e socializados de diversas práticas sexuais, sem necessariamente adotá-las como conduta sexual. Por fim, nessa visão rápida, Gagnon ressalva que a relação entre esses três planos difere nas culturas, nas diferentes épocas e ainda dentro de subgrupos culturais e das subculturas.

É importante ressaltar esses elementos para levantar um primeiro aspecto da pesquisa com fontes históricas – no caso deste artigo, um jornal da década de 1960 na capital mineira: as imagens e representações cristalizadas nas reportagens e colunas sociais apontam um roteiro cultural correspondente ao esforço de um veículo da mídia impressa de colaborar na construção também cultural de determinada subcultura. É o processo de roteirização cultural que me interessa analisar, sinteticamente, neste artigo

por meio das notícias do *Diário de Minas* a respeito de indivíduos representados como homossexuais. O foco deste trabalho é pensar o roteiro cultural não do ponto de vista do sujeito que dele participa e o constrói, mas do foco de um órgão de imprensa que também opera nessa construção, agindo por sua vez nos planos intrapsíquico e interpessoal.

Também ajudará no desenvolvimento dessa intenção uma das observações que Costanzo Ranci (2005) faz em seu texto “Relações difíceis: a interação entre pesquisadores e atores sociais”. Organizado sobre algumas reflexões a respeito dos problemas metodológicos na relação entre pesquisador e ator social em torno de determinado fenômeno social focado em uma pesquisa, o italiano Ranci se depara com o seguinte fato: o tratamento da diversidade pode ser colocado como problema quando a necessidade de encontrar uma comunicação entre linguagens e culturas anteriormente desconhecidas se apresenta como obstáculo na interpretação dos atores sociais de determinado grupo ou comunidade (Ranci, 2005, p.50-51). Ou seja, no caso deste artigo, as categorias da linguagem jornalística e seus pressupostos racionalistas não coincidem com as categorias da linguagem comum, representativas de determinado grupo social. Inevitavelmente, os jornais, tomados como fontes documentais, farão emergir distinções e desvios entre a linguagem utilizada pela imprensa para representar o grupo homossexual e os hábitos, os costumes e os valores atribuídos a essa comunidade nas matérias.

Por sua vez, e para encerrar essa seção de apoio teórico, Howard Becker, em seu “Estudo de praticantes de crimes e delitos” (1999), apresenta alguns dados obtidos em sua experiência na coleta de informações em grupos considerados desviantes. No item denominado variação organizacional, Becker depõe que o acesso a informações sobre atividades desviantes pode ocorrer “de maneira solitária, com cada desviante constituindo um mundo privado em si mesmo, ou pode, no outro extremo, ocorrer em um mundo complexo e segmentado” (BECKER, 1999, p.165-166). No segundo caso, uma consideração que o pesquisador deve procurar fazer se baseia na “relação das atividades desviantes com o mundo convencional” (p. 166). Parece-me ser um olhar semelhante a esse que o discurso jornalístico, representado aqui pelo *Diário de Minas*, apresenta aos olhares de hoje: na maior parte dos casos a serem apresentados, o repórter ou o cronista social tende a revelar a distância entre o mundo convencional e o mundo

dos homossexuais, insistindo em exibir aquilo que é considerado desvio por aquele grupo.

Na capital mineira, na década de 1960, quatro jornais com tiragem mediana circulavam diariamente: *Estado de Minas*, *Diário da Tarde*, *Diário de Minas* e *O Diário*. Os dois primeiros pertenciam ao grupo empresarial de Assis Chateaubriand – Diários Associados –, sendo que o *Estado* era matutino e se dirigia a um público A, B e C; já o *Diário da Tarde* era vespertino e tinha um apelo evidentemente popular. *O Diário* era porta-voz da Cúria Metropolitana e o *Diário de Minas*, fundado pelo ex-prefeito Negrão de Lima, que administrara a capital por dois mandatos, situava-se em posição intermediária entre o *Estado* e o *Diário da Tarde*. Circulando de terça-feira a domingo, o veículo em estudo não ultrapassou 16 páginas na década de 60, dividindo-as, de maneira bastante equilibrada, em dois cadernos: no primeiro concentrava as notícias políticas, nacionais e estrangeiras; as notícias locais, os editoriais e comentaristas políticos e ainda uma página exclusiva para crime e reportagens policiais. No considerado segundo caderno (que em determinado período teve existência física distinta do primeiro) concentravam-se as colunas sociais, os artigos com críticas de filmes, as programações de lazer abertas ao público e as reportagens voltadas a um público eminentemente feminino.

As matérias que abordavam a comunidade homossexual se distribuíam quase exclusivamente entre as páginas policiais e as colunas sociais. Entre as primeiras, os textos majoritariamente não eram assinados. Com relação às colunas sociais, duas distinções devem ser feitas: o colunismo social voltado para a elite, reunido em “Em sociedade”, de José Maurício, tendo como modelo Ibrahim Sued (que também colaborava no jornal), e as crônicas sociais, de tom mordaz e debochado, assinadas, em revezamento, por Ângelo Prazeres e Márcio Rubens Prado. O que se esboçará à frente é um resultado preliminar da leitura, transcrição e análise desses textos ao longo da década de 60.

Observando inicialmente a página policial e de crimes pode-se verificar a formação de uma rede social, integrada, sobretudo, pelos espaços públicos abertos delimitados para convivência noturna, pela repressão aos estabelecimentos noturnos de frequência exclusivamente homossexual, pela ênfase dada à propagação do travestismo e à descrição de seus hábitos.

Dois grandes espaços públicos mencionados com frequência são a praça Raul Soares e o Parque Municipal, cuja ‘limpeza’ figura como apelo insistente da população.

Em abril de 1963, o repórter aponta os novos donos da praça Raul Soares: “soldados do Exército, mulheres de má vida e “travestis” que ocupam seus bancos depois das 21 horas e lá passam a noite falando palavrões, dançando balé e encenando *strip-tease*”. A respeito dos travestis, o repórter ainda acrescenta:

O pior acontece (...) depois da meia-noite. Quando acaba o movimento das ruas e se apagam as luzes dos apartamentos vizinhos, os “travestis” tomam conta da Raul Soares. Chegam em grupos de cinco ou seis e às vezes são mais numerosos. Se ninguém telefona para a rádio-patrolha, eles são os donos da praça e lá ficam até amanhecer, quando ônibus e lotações aumentam de novo. Nem sempre são os mesmos “mocinhos” que estão na Raul Soares, mas fazem todos a mesma coisa: os mais tímidos dançam balé e desfilam no jardim, como se fosse concurso de beleza, e outros encenam até *strip-tease* para os companheiros, correndo seminus pelas ruas (06/04/1963, sábado, p. 8).

No mesmo ano, o então Secretário de Segurança traça um plano para “saneamento” da praça na tentativa de libertá-la dos maus-elementos, transviados, maconheiros, ladrões de carro, aliciadores de meninas e mulheres do *trottoir*. É desnecessário comentar que variações do mesmo plano se repetiram ao longo da década com os sucessivos secretários de segurança, frustrando a expectativa dos reclamantes... Por outro lado, do ponto de vista do discurso utilizado para retratar esse público, percebe-se que os hábitos estão relacionados ao comportamento festivo, no limite da licenciosidade verificado pelo *strip-tease*.

Saltando ao final da década, em dezembro de 1969, é noticiada a prisão de Isaías Pereira, que assaltava homossexuais na mesma praça: “depois de conseguir êxito em sua conquista, leva as vítimas até um táxi e pede ao motorista para levá-los a um lugar deserto. Chegando lá, começa a fazer juras de amor e quando menos se espera ele saca de um revólver, aponta-o para o indivíduo e rouba-lhe tudo” (11/12/1969, 5ª-feira, p. 8). Dentro dos limites deste texto, embora existam outros exemplos, observa-se que no decorrer da década a praça é, de fato, ocupada por homossexuais e travestis, expostos à denúncia de vizinhos, à ação da polícia e à possibilidade de assaltos.

Outro local de encontro e reconhecimento entre homossexuais foi o Parque Municipal. Área frequentada na geografia da cidade, por esse grupo social, desde o início da década de 1940, o Parque Municipal também é filtrado pela ação higienizadora dos ocupantes de cargos públicos sem muito resultado, haja vista dois crimes noticiados na época: em julho de 1964, o secretário do Consulado alemão, Rolf Heubach, de 23 anos, conheceu no Parque dois adolescentes, tendo sido assaltado e morto por eles, dois

dias depois, em seu apartamento, nas imediações daquele logradouro. Rapidamente identificados e presos o assassino e seu cúmplice, o jornal descreve assim a possível ocorrência:

Terezinho Ferreira Ramos, que tem 19 anos de idade, veio de Teófilo Otoni, dois dias antes do crime (...), tendo desembarcado na Estrada da Central do Brasil, indo diretamente para o Parque Municipal, lugar que conhecia de nome, pois na sua cidade “muitos conhecidos, que já haviam visitado Belo Horizonte, sempre falavam que era maravilhoso”. No Parque, sentou-se num banco que dá para o lago e ali ficou por muito tempo, pensando como arranjar emprego e lugar para morar.

À tarde, quando se dispunha a sair para dar uma volta pela zona boêmia na esperança de se encontrar com algum conhecido que lhe emprestasse dinheiro, pois estava sem nenhum, aproximou-se dele o alemão Rolf Heubach, sentando-se ao seu lado, fazendo-lhe propostas e convidando-o a ir ao seu apartamento. Foi ao apartamento de Rolf na rua Goiás, porque ele lhe oferecera dinheiro para que passasse alguns minutos em sua companhia. Ao chegarem no (*sic*) apartamento, às 20 horas, ninguém notou sua entrada no edifício e foram para o 4º andar, onde morava Rolf. Terezinho Ferreira Ramos afirmou que, no interior do apartamento, acabou sendo subjugado por Rolf sob a ameaça de uma automática 7.65. Uma hora depois Terezinho abandonou o apartamento, presa de forte tensão nervosa (30/07/1964, 5ª-feira, p. 7).

No segundo crime, de caráter passional, em abril de 1967, o estudante de Filosofia da UFMG, Elias Caram Filho, mata com cinco tiros, perto do coreto do Parque, o jogador semiprofissional de futebol Carlos Alberto Ribeiro, confessando o crime por ter sido “humilhado moral, intelectual e fisicamente”. Em julho do mesmo ano a reportagem reproduz parecer do delegado encarregado do inquérito em seu relatório.

Depois de fazer referência a uma testemunha importante no caso, e que não foi localizada pela polícia do 2º Distrito Policial, o delegado Nicolau da Costa Val afirma em seu relatório que “Elias Caram Filho, segundo depoimento de seus “amiguinhos”, freqüentava muito o Parque Municipal, onde passava com o nome de Roberto Elízio”.

- O indiciado – continua o delegado – gostava muito de ter relações anormais com homens, especialmente da cor preta, e o crime se deu porque Carlos Alberto não queria aceitar suas propostas naquele dia no Parque. (28/07/1967, 6ª-feira, p. 8)

No âmbito dos espaços públicos de convivência homossexual, duas reportagens também se destacam pela semelhança dos objetivos e das ações policiais: o fechamento das boates Entend’s Club, em 1964, e Caixotinho, em 1969. A manchete do fechamento da Entend’s Club anunciava: “Fechado com tiros bar de invertidos na Nova Suíça”. Com o efetivo de um delegado, cinco guarnições, oito investigadores e doze policiais

militares, a boate foi fechada em dezembro. Vinte e seis rapazes são presos e levados à delegacia de plantão, entre eles nove menores. O interior da casa foi descrito assim:

A boate ficava no meio de um quarteirão mal iluminado e os fregueses chegavam sempre depois das 23 horas. O prédio de dois andares dava uma saída secreta para a rua de cima e o bar funcionava no porão. As paredes da boate eram decoradas com peças masculinas, reproduções dos pintores Pancetti e Di Cavalcanti, além de um original pintado por autor chamado “Talullah”. A radiola, tocando discos de Emilinha Borba e Diana Washington, servia de fundo para os números de *strip-tease* apresentados às terças, quintas e sábados. O problema da iluminação, muito fraca, era resolvido com um holofote preso ao teto para destacar as figuras em cena. No andar superior, camarim, uma copa e os vários quartos (08/12/1964, 3ª-feira, p. 9).

Fazendo um parêntese aqui, o fechamento da boate Entend’s ficou na memória do jornalismo e da polícia. Mais tarde, em 1967, circulou um boato sobre a inauguração de uma nova boate no bairro Carlos Prates. Novamente na página policial, o jornal publica o seguinte:

Novo Entend’s

Também a denúncia, por telefone, de que alguém montou uma boate “só para rapazes” no bairro Carlos Prates – não foi informada a rua – deixou a Delegacia de Costumes preocupada, já que o delegado Renault não admite que um novo “Entend’s Bar” – fechado pela polícia há dois anos, na rua João Caetano, Barroca – surja na cidade. A ordem é patrulhar todos os cantos e botequins, e dar inclusive uma batida no Maletta, sábado, para saber para onde estão saindo os vários táxis carregados de “rapazes” (20/01/1967, 6ª-feira, p. 7).

Resultado de uma “operação limpeza”, o fechamento da Caixotinho foi anunciado assim: “Denúncia contra anormais faz polícia fechar o Caixotinho”. O repórter aponta como causa para seu fechamento uma representação feita por vizinhos ao Secretário de Segurança Pública, alegando a presença de menores e de maconheiros, além do barulho e de desfiles de madrugada na porta da boate. Foram presas e fichadas aproximadamente 30 pessoas, entre elas dois menores.

No campo do colunismo e da crônica sociais, as notícias ganham tom mais subjetivo. Isto ajuda, por um lado, a perceber um segundo plano ao largo da trajetória policial descrita pelo jornal e, por outro lado, colabora para revelar estereótipos mais particularizados a respeito da comunidade homossexual. Voltando aos espaços públicos de convivência homossexual, o andar térreo e a sobreloja do edifício Arcângelo Maletta, inaugurado em 1962, na região central da cidade, serão os pontos de encontro de intelectuais, artistas, boêmios e grupos mais periféricos da sociedade, como os próprios

homossexuais, as ‘mulheres de má vida’ e os travestis. Os inferninhos do Maletta se tornarão visados pelo que despertam de suspeita quanto ao uso de drogas ilícitas, a ofensa ao pudor público, a exibição de modismos que desviam os bons valores, a troca de informações culturais consideradas atentatórias aos bons costumes, enfim, algo que mais tarde viria a ser designado genericamente de ‘porralouquice’.

Já em 1964, o Maletta ocupa posição central na noite belorizontina, acentuada pelos colunistas. Roberto Vilela, em matéria intitulada “Donos da noite desafiam tradição mineira, que troca boates pelo cinema”, destaca que “já se vêem rapazes e moças lotando os bares do Ed. Maletta e outros que, indiferentes à má língua dos vizinhos, vão transformando a vida noturna de Belo Horizonte, que se estende aos “inferninhos” de boates espalhados pela cidade, poucos ainda para divertir seus 800 mil habitantes” (22/03/1964, domingo, p. 12). Duas pequenas notas dão o ponto das atitudes e das figuras curiosas que desfilam pelo Maletta. Em julho de 1964, em dias consecutivos, Wilson Ângelo escreve o seguinte: “Outros esclarecimentos sobre o desagradável “rififi” havido no “Alex” na madrugada de sábado: garotas da televisão e alguns anormais foram os responsáveis por tudo. As meninas estão impossíveis, como se vê!...” (30/07/1964, 5ª-feira, p. 7); “Nosso Encontro” é o nome de um barzinho ali do Maletta e a sua freguesia é das mais curiosas e estranhas que se pode imaginar. Moraram!?!... Pois é.” (31/07/1964, 6ª-feira, p. 8) A malícia e a ambiguidade subentendidas nos recados esclareciam aos mais entendidos sobre o público frequentador dos estabelecimentos.

Ainda no final de 1964, Ivan Ângelo, iniciando sua carreira jornalística, publica a reportagem “A vida alegre de Belo Horizonte”, na qual faz rápido balanço dos hábitos noturnos e modernos da cidade. Na última parte do texto, significativamente denominada *Tempora et mores*, ele expressa dessa maneira a mudança de costumes, situando alguns grupos homossexuais:

Mas tem gente que varia demais, ora se. Os alegres rapazes foram ficando tão alegres e tão pouco rapazes que a polícia houve por bem acabar com essa história de inferninho particular, pintura no rosto, calça apertadinha, *show* público. Nos meios quase e pseudo-artísticos, a coisa começou mesmo a apelar para a galhofa: senhoras da sociedade passaram a requisitar, com a função de “damas de companhia”, pintores, decoradores e (hélas!) figurinistas. Vão, assim, a diversos acontecimentos sociais em companhia de amiguinhos que tem a aprovação dos ocupados e respeitáveis maridos. Criaturas do sexo oposto e de tendências nem tanto também perderam seus redutos no edifício Maletta, e quem sabe onde andarão agora. Nesta época de reivindicações, tem muita gente que, se pudesse, reivindicava outro sexo. Nem tudo, entretanto, é anormal na noite. Muito pelo contrário! “Elas” estão aí, a fim de. (...) Estamos vivendo uma época de (concedo esta): corrupção não localizada, entramos na fase da *garçonnière*. A chamada zona boêmia, as

ditas casas de lenocínio e os cabarés amargam a decadência. Muito contribuiu para isso, também, a proliferação das boates, com suas mulheres fáceis, contratadas para neutralizar o preço difícil do uísque (18/12/1964, 6ª-feira, 2º Caderno, p. 1).

Nessas notas iniciais do colunismo e da crônica sociais, a mordacidade já se deixa entrever nas expressões e jogos de palavra como “meninas impossíveis”, freguesia curiosa e estranha, “damos de companhia”, alegres rapazes que ficam mais alegres e menos rapazes. Quando não é o exótico que caracteriza a anormalidade do público, é a redução ao menos, ao inferior.

A partir de 1965, José Maurício passa a assinar sua coluna diária a duas páginas de distância da de Márcio Rubens Prado, este em alternância com Ângelo Prazeres. Uma nota publicada sobre o mesmo tema, por ambos, no mesmo dia, dá a diferença de tratamento do discurso deles. Em sua coluna “Em sociedade”, José Maurício ensaia um novo tratamento a ser dado ao travesti. Em junho de 65, ele escreve:

Evolução ou revolução? O fato é que, jogando pro alto a TFM [Tradicional Família Mineira], conhecido rapaz da sociedade resolveu se divertir como espectador de sua própria festa, que marcaria a inauguração de sua moderníssima residência da Pampulha. Assim as “bonecas” da praça e de algumas cidades do interior desfilaram para uma comissão julgadora (formada por nomes conhecidíssimos) que ia eleger a Miss Minas Gerais “Travesti”, num desfile bem bolado. Escolheriam “Miss Interior”, Miss Belo Horizonte e Miss Minas Gerais. A apresentadora do desfile (travesti) compareceria de peruca cinza e *pajama palazzo*... – reticências... Na hora, a polícia impediu (01/06/1965, 3ª-feira, p. 4).

Márcio Rubens Prado, na coluna “O negócio é o seguinte”, pronuncia-se assim a respeito do mesmo evento:

Os promotores da escolha de “Miss Minas Gerais Terceiro Sexo – 65” cancelaram, à última hora, a realização do desfile, porque foram avisados que a polícia iria comparecer e prender todos os participantes da festa. E dizer-se que vieram representantes de Araxá e Itaúna para disputar o título. Perderam a caminhada e o rebolado (01/06/1965, 3ª-feira, p. 4).

Analisando do ponto de vista do conjunto dos textos jornalísticos, ‘boneca’ e ‘travesti’ eram termos mais apropriados para se referir à situação que ‘terceiro sexo’. No final, o duplo sentido guardado com ‘caminhada’ e ‘rebolado’ dá também a medida da mordacidade e do sarcasmo, ainda neste momento leves. O grau irá aumentar à medida que a década avançar. Mas antes de adiantar isso, é necessário ainda esclarecer que o travesti tratado nesses excertos não é, naturalmente, os mesmos que frequentam a praça

Raul Soares. Entre a Pampulha e a Raul Soares a diferença não é apenas geográfica, mas, sobretudo, simbólica no que se refere ao trânsito social e sua aceitação, mesmo que parcial.

Determinadas profissões e personalidades públicas serão estigmatizadas nas crônicas de Rubens Prado e Ângelo Prazeres: modistas, figurinistas, cabeleireiros, atores de teatro, costureiros, decoradores, Denner, Clovis Bornay, Clodovil, Evandro Castro Lima, Maria Betânia serão alvo permanente e implacável desses cronistas. Termos e expressões serão empregados exclusivamente para cravar alguns estigmas nesses grupos: remendão em lugar de costureiro, refrigerados, bicharoca, bicharocagem, bicharoquice, bicha, bichona, arejado, plunitivo, desmunhecador... O grau da mordacidade chega a um extremo bastante interessante em termos de construção discursiva e simulação de interlocução: o cronista imita no texto a prática da fechação típica da comunidade homossexual, embora o faça para alcançar um efeito contrário ao dessa prática: o deboche.

Clodovil bateu no Denner

O delicadíssimo, refrigeradíssimo e embonecadíssimo costureiro Clodovil, por causa de quê o seu coleguinha de tesoura e frescurinha, é o Denner mesmo, gente, mas deixa contar, por causa de que o Denner colocou sua esposa Maria Stela, aquela beleza na passarela, vestida de noiva. De véu e grinalda, botou a boca no trombone, e aí, vou te contar. Saiu uma briguinha das mais violentas. Tapas, beliscões, mordidas, enfim, quando as bonecas resolvem brigar, é aquela coisa. O Clodovil considerou um absurdo a inclusão de Maria Stela no time de manequins, pois afinal de contas, a dona já tá casada e tem dois filhos. E foi como disse o Protásio: “Olha, num tenho nada com isso não, inclusive sou garçom e não remendão de panos de madames. Acontece que esse Clodovil tava era querendo criar caso. Tá cansado de saber que os dois meninos do Denner foram batizados Milagre e Despacho, né mesmo? Tava era querendo brigar, a bicharoca” (25/08/1967, 6ª-feira, p. 11).

Seja por coincidência ou não, dada a elevação do tom dos cronistas, esboça-se uma reação em defesa própria anunciada na página policial do jornal, em outubro de 1966. Tratava-se da intenção de fundar uma associação de homossexuais na cidade, nos moldes de uma associação holandesa noticiada no jornal. No entanto, a matéria aponta a tentativa também de coibição pela polícia:

Homossexuais querem fundar associação

Os homossexuais de Belo Horizonte estão tentando fundar uma associação chamada “Liga dos Libertados do Amor”, mas a polícia de Costumes já

anunciou que não vai permitir a organização da “estranha entidade” e prometeu impedir a “saliência dos travestis mineiros”.

O presidente da entidade será o jovem conhecido no Maletta por Marcelo, e que tem o apelido de “La Rondinella”. Informa-se que os homossexuais de Belo Horizonte já consultaram um advogado para saber se podem imitar os “travestis” da Holanda, que têm a sua associação. A polícia está procurando saber onde se reúnem os futuros associados da “Liga dos Libertados do Amor”, para “aconselhá-los a não cometer tamanha asneira” (07/10/1966, 6ª-feira, p. 9).

A ocupação dos lugares públicos continua. Em dezembro de 1966, José Maurício noticia a realização de *shows* de travestismo na boate Cavallo Branco, no centro da cidade. É curioso observar que no *Diário da Tarde* foram publicados alguns anúncios com fotos dos *shows* da Cavallo Branco. O colunista se expressa assim:

Noite adere ao travesti

No momento, a boate que mais fatura em Belo Horizonte, e que está causando sensação, imitando o Rio – mas, claro, sem a sofisticação dos *shows* da Guanabara ou São Paulo – é a Cavallo Branco, apresentando todas as noites *shows* de travestis, *strip-tease* e piadas picantes. Dizem que as mesas já estão sendo reservadas com semanas de antecedência. Belo Horizonte está mesmo pra frente, seguindo a moda lançada por Paris, com o Chez Madame Arthur. As *girls* são Tony, Sofia, Érika, Diva, Rute e outras mais (11 e 12/12/1966, domingo e 2ª-feira, p. 11).

Apesar do sucesso dos *shows*, 1967 inicia com a Cavallo Branco fechada pela polícia e sendo autorizada a reabrir apenas com alvará de restaurante.

Por fim, em março de 1967, ocorreu o Baile dos Artistas, promovido por Laertes Mendes de Oliveira, no Teatro Francisco Nunes, à imitação do famoso Baile de Fantasia do Municipal, no Rio de Janeiro. José Maurício dedica longo espaço em sua coluna com o título “Sucesso do Baile dos Artistas”. No entanto, reproduz uma breve passagem de seu texto para ilustrar seu ponto de vista sobre o baile:

O grande sucesso da noite foi um rapaz de conhecido sobrenome, que usou um *long-dress* de brocado dourados, sapatos chanel salto sete e meio, penteado curto Twiggy, brincos de pingente, e passeou sua frescura com tal feminilidade e charme que muitos não acreditaram se tratar de um travesti, já que também sua naturalidade era perfeita. Poucas mulheres dançam o *boo-goo-loo* com o “jeitinho” deste rapaz. Também não se fez de rogado, exibiu-se ao máximo, com a preocupação de “chegar em casa escondido, trocar de roupa na garagem, para papai não descobrir”.

Resta cumprimentar Laertes Mendes de Oliveira, porque o baile foi sucesso, foi e será notícia ainda por muito tempo. Belo Horizonte precisava de um

party assim, de vez em quando um abalo sísmico faz bem à estrutura de uma cidade (28/03/1967, 3ª-feira, p. 11)

A reação dos leitores do colunista foi imediata, obrigando-o a uma defesa que demonstra o grau da necessidade de abrir mais espaço para a mudança de mentalidade.

Baile dos Artistas repercute

Até o momento em que comecei a redigir essas notas (...) meu telefone não parou. Gente dizendo que a crônica de ontem foi engraçada, e a maioria protestando, dizendo que “passei dos limites”.

Disseram, entre outras coisas, que um cronista “bem nascido” (obrigado), não deveria dar cobertura a tal acontecimento. Ora, sou jornalista, sei que é notícia, e como fazer a notícia, e por isto mesmo tenho uma grande responsabilidade, não somente para comigo, como para o jornal em que escrevo. O Baile dos Artistas, em absoluto, não foi uma festa imoral. Foi, isto sim, uma festa leve, divertida, desinibida.

Na verdade, as coisas não foram assim mais ou menos escandalosas. Tenho visto coisas piores em bares, boates e mesmo clubes. Quem não quer ver estrelas não olhe para o céu. O baile de Laertes foi sucesso, deve ser repetido, vai quem quer, como a um cinema. Certos fatos têm de ser olhados pelo lado pitoresco, engraçado, divertido (29/03/1967, 4ª-feira, p. 11).

Embora se justifique utilizando o argumento do exotismo e do pitoresco, a opinião do colunista demonstra certa deriva do discurso, impondo a necessidade de mudança.

Com este rápido e restrito recorte, podemos perceber alguns elementos que compõem a roteirização cultural, construída por meio das reportagens do *Diário de Minas*. Se retornamos ao conceito inicial de roteiro, oferecido por Gagnon, podemos verificar que o que desperta sentimentos de desejo ou repulsa ao contato físico e a possíveis sinais de excitação, do ponto de vista da construção imagética e simbólica da população de homossexuais, está fundamentalmente baseado na linguagem utilizada pelos repórteres e cronistas. A associação feita constantemente nas páginas policiais com a necessidade de repressão policial, de limpeza urbana, de isolamento espacial, de exclusão encontra ressonância no tom sarcástico e falastrão dos cronistas.

Essa situação impõe um problema que remete à abordagem de Costanzo Ranci: a linguagem dos repórteres e cronistas, tomada aqui como a linguagem jornalística, faz emergir distinções e desvios entre a linguagem utilizada pela imprensa para representar o grupo homossexual e a linguagem autoatribuída por essa população. Talvez o colunista social do *Diário de Minas* consiga se afastar desse fosso ao assumir um

discurso não pautado pelo sarcasmo, como foi possível estabelecer em alguns casos acima. O uso de relatos orais com sujeitos homossexuais que viveram esse período seria um modo de confirmar esses desvios operados pelo jornal. Afinal, a subcultura homossexual desse período teve formas de mobilização e tentativas de organização que, embora frustradas (como no caso das duas boates e da associação para reivindicação de direitos), colaboraram para a consolidação, mesmo que tímida, de uma linguagem compartilhada pelo grupo.

Por fim, e mais uma vez retornando a Gagnon, “como integrantes de um presente em andamento, desvinculamo-nos e/ou nos alienamos desses processos passados que criaram nossa situação cultural de hoje”. O levantamento do material mencionado aqui é apenas um passo inicial para compreender, no âmbito de Belo Horizonte, nossa situação cultural atual. Mesmo com os limites que uma única fonte histórica impõe, a recorrência de estruturas, a formulação discursiva, a percepção de diferenças opinativas ou argumentativas e a própria mudança ao longo do tempo dessas construções podem ser úteis para ajudar a esboçar um suposto roteiro cultural de determinada população. Nesse sentido, a mobilização por mais direitos e pela permanência dos já conquistados também passa pela desalienação do passado e sua apropriação no presente.

Referências

BECKER, Howard. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. Capítulo 7: Estudo de praticantes de crimes e delitos, p. 153-178.

GAGNON, John H. *Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade*. Trad. Lúcia Ribeiro da Silva. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. (Coleção Sexualidade, gênero e sociedade)

RANCI, Costanzo. Relações difíceis: a interação entre pesquisadores e atores sociais. In MELUCCI, Alberto. *Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 43-66.